Artigo

Financiamento a C&T: mudanças nos acordos de cooperação internacional?

MARIA CONCEIÇÃO DA COSTA

A preocupação dos países avançados em colaborar com os países do terceiro mundo para que atinjam desenvolvimento econômico é antiga e faz parte do discurso e da agenda política de um número considerável de nações. Essa preocupação data de meados da década de 1920, quando se disseminou a cooperação internacional com a criação de agências para o desenvolvimento, como a Rockefeller Foundation, num primeiro momento, e nas décadas seguintes outras como o IDRC canadense, Ford Foundation, Cyted espanhola, SAREC sueca, IRD (ex-ORSTOM) e CIRAD francesas e a ODA inglesa.

Grande parte da literatura recente, especializada em entender o papel das agências de fomento internacionais, tem apontado cooperação internacional como a disposição de instituições internacionais, que adotam um determinado tipo de ação de fomento e ou financiamento a atividades cientificas. Assim, fomento seria uma ação continuada de apoio, incentivo, e estímulo a uma dada atividade, e que quase sempre inclui financiamento.

As razões políticas que nortearam a criação destas agências são conhecidas e muitas têm sido denominadas filantrópicas (ou paternalistas). O estilo filantrópico pressupunha uma concepção linear de ciência, pesquisa básica, pesquisa aplicada e desenvolvimento de produtos, cujos instrumentos iam desde investimento em formação, aperfeiçoamento no exterior até investimento em programas de pós-graduação.

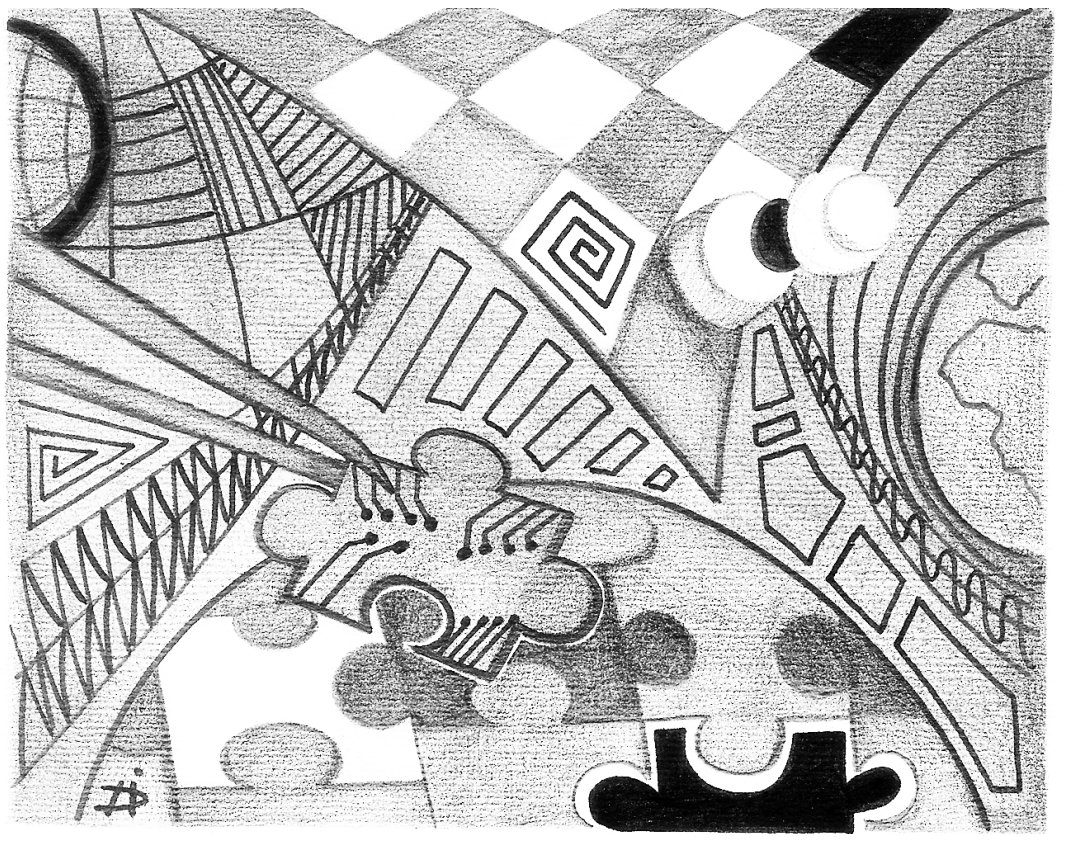
Em distintos campos científicos o papel das agências filantrópicas foi decisivo e marcante. A criação, por exemplo, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, não teria sido possível sem o apoio da Fundação Rockefeller, que orientou os profissionais dessa área à docência e à pesquisa.

Pode-se afirmar que, até a década dos 80, a ação dessas agências se materializou em políticas de "desenvolvimento cultural", um termo que acomodou uma variedade de aspirações e escolhas e que, durante as décadas de 50 e 60, abrigou divisões raciais, étnicas, religiosas, entre outras. Paradoxalmente, se a presença das agências internacionais possibilitou às nações encontrarem suas identidades culturais, a intervenção dessas agências e a conformação das agendas nos países onde atuam acabou por conformar uma imagem distorcida dos mesmos, isto é, a intervenção em muitas áreas construiu uma idéia, ou aspiração à uma idéia de nação, que não era de maneira alguma endógena.

A noção de desenvolvimento vem sendo mantida na agenda política das agências internacionais desde o pós-guerra: num primeiro momento atrelado à reconstrução dos países atingidos pela guerra. Num segundo momento, este termo esteve carregado de idéias e ações intervencionistas, como resultado dos movimentos emancipatórios das ex-colônias, e resultado também da guerra fria, especialmente nos Estados Unidos. E finalmente, numa perspectiva mais recente, o termo desenvolvimento tem sendo visto como um processo que envolveria diferentes atores sociais na busca de emancipação de suas situações marginais.

Na década de 90, as críticas pós-estruturalistas foram bem sucedidas em colocar sérias dúvidas não apenas sobre a viabilidade, mas também no desejo da disseminação da idéia de desenvolvimento. Isto é, o desenvolvimento passou a ser visto como um discurso cultural invasivo com profundas conseqüências, especialmente para a realidade social do assim chamado Terceiro Mundo.

Recentemente, nas últimas duas décadas, a cooperação assentada em bases institucionais vem incorporando novos atores. A ação destas agências, se muitas vezes interventora e centralizadora, começou a ser repensada de tal maneira que todas elas passaram a mudar sua maneira de trabalhar, de analisar propostas, de envolver os pesquisadores e técnicos dos países receptores. Este "novo" tipo de colaboração tem sido estendido aos países menos desenvolvidos e envolve, muitas vezes, instituições como as organizações não-governamentais. As razões para esta mudança não advêm apenas das críticas, mas do fato de a divisão de trabalho e de poder no mundo também terem mudado. Novas questões passaram a estar na agenda das agências financiadoras como, por exemplo, abordagens que privilegiam a questão de gênero, o impacto da reestruturação produtiva nas economias dependentes, a questão do meio ambiente e recursos naturais, efeitos sócio-econômicos de novas tecnologias, enfim, o impacto de uma abordagem "antiga" com uma nova roupagem, ou seja, globalização, entre outros temas que foram surgindo e sendo incorporados.



Com as mudanças e entrada de novos atores na cena decisória e especialmente a emergência de uma nova concepção de gerar conhecimento, algumas agências tradicionalmente conhecidas por seu papel filantrópico passaram a ter um papel, em tese, menos intervencionista e mais participativo. A geração do conhecimento, a ciência, passou a ser vista também como uma construção social, que conta com outros atores para além da comunidade científica e da compra de equipamentos e ou o investimento na formação de recursos humanos.

Ao mesmo tempo em que emergiram novos rearranjos e barganhas entre financiadores e financiados, houve um reconhecimento de que a capacidade de pesquisa ainda é limitada; e não há, muitas vezes, recursos humanos qualificados e tampouco estrutura para avaliar os resultados de pesquisa e menos ainda para implementar essas políticas. Entender as novas relações que se abrem entre as agências de cooperação internacional significa contribuir com resultados importantes para informar a política relativa ao tema.

Ademais, é importante recolocar que a cooperação internacional e o papel dos governos no apoio às atividades científicas e tecnológicas não são um fenômeno vazio e ausente de influência dos contextos sócio-culturais locais. A história dos países, relações econômicas, considerações geopolíticas, preocupações políticas, direitos humanos, além da simples curiosidade intelectual dos cientistas estão entre os numerosos fatores que têm influenciado os distintos governos a buscar e dar apoio à cooperação internacional. Estas escolhas afetam as escolhas individuais dos pesquisadores ao escolherem tópicos específicos e parceiros na pesquisa conjunta.

Embora possamos afirmar que as agências de cooperação internacional vêm mudando seus estilos de atuação vis-à-vis suas relações com os países do Sul, ainda restam dúvidas sobre uma possível "democratização" das regras e contratos que envolvem as relações de cooperação entre países industrialmente avançados e os em desenvolvimento ou menos desenvolvidos. Ainda que algumas evidências nos façam refletir sobre as mudanças nas regras estabelecidas entre pares historicamente assimétricos, ainda é cedo para que possamos afirmar que estamos no limiar de um novo tipo de relacionamento Norte e Sul.

Podemos dizer, dado o exposto, que os acordos de cooperação tecnológica têm se pautado por estilos de ação diferenciados conforme seus interesses e a correlação de forças internas nos países onde atuam. É desta forma que hoje se evidencia um estilo de ação mais voltado para o incentivo de blocos regionais, para programas de desenvolvimento sustentável e para programas de ação mais diretos como, por exemplo, incentivo a programas liderados por comunidades locais e implementação de programas de políticas públicas, entre outros.

Entretanto, uma questão que permanece em aberto é se a cooperação internacional constrói, ainda hoje, capacidade científica e tecnológica endógena nos países em desenvolvimento. Isto é, mesmo em face da emergência de novos padrões de comportamento entre as agências doadoras localizadas nos países do Norte e os países receptores (Sul), esta questão permanece, ainda que, segundo cientistas de diferentes países, a cooperação internacional seja vista como uma ferramenta importante para o desenvolvimento da capacidade cientifica, resultando em benefícios para ambos os partícipes dos projetos. Assim é que pesquisas sobre biodiversidade, descobertas de novos princípios ativos em plantas, por exemplo, só pode ser realizada em países como, por ex., o Brasil.

Em resumo, cooperação científica entre Norte e Sul e padrões de financiamento são questões em aberto que demandam instituições fortes nos países do Sul capazes não só de formular agendas e demandas, mas certamente capazes de perceber os resultados das pesquisas como o produto da interação de distintos atores (governo, organizações não-governamentais, pesquisadores, etc) para que esses resultados venham a ser efetivamente incorporado nesses países.

Maria Conceição da Costa é socióloga e professora do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp.

Cartas

Octavio Ianni

O Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), IFCH, Unicamp manifesta seu profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 4 de abril de 2004, do professor Octavio Ianni.

Octavio Ianni tem um lugar privilegiado no pensamento social brasileiro não apenas pela sua rica e extensa obra sociológica e política. Participando intensa e freqüentemente de debates públicos – fora e dentro dos meios acadêmicos – foi um intransigente defensor da universidade pública brasileira e de uma cultura rigorosamente republicana.

Crítico agudo da ordem capitalista e do imperialismo, jamais mercadejou suas convicções políticas e ideológicas – seja nos tempos sombrios da ditadura militar, seja nas condições socialmente limitadoras da democracia capitalista.

De reta integridade pessoal e intelectual, Octavio Ianni foi um cientista social que sempre empenhou sua inteligência e lucidez na luta pela transformação da sociedade e Estado brasileiros.

A cultura e o pensamento crítico no Brasil ficam mais empobrecidos com a morte desse valoroso homem.

Direção do Cemarx

Café solúvel

Adorei a reportagem a respeito do desenvolvimento do extrato concentrado de café solúvel. Fico muito empolgada quando leio notícias a respeito da minha carreira.. Espero que novas descobertas relacionadas à Engenharia de Alimentos sejam expostas à comunidade visando cada vez mais a informação de todos! E o que é mais importante: a reportagem foi redigida numa linguagem simples e acessível, mas sem a perda de informações.

Vocês estão de parabéns!

Joyce Midori

Transtornos mentais

Está de parabéns o jornalista Roberto Fava pela abordagem feita a respeito da pesquisa sobre transtornos mentais com a pesquisadora Giulietta Cucchiaro.

Caio Romero

UNICAMP
Universidade Estadual de Campinas

Reitor Carlos Henrique de Brito Cruz.
Vice-reitor José Tadeu Jorge.
Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva.
Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários Rubens Maciel Filho.
Pró-reitor de Pesquisa Fernando Ferreira Costa.
Pró-reitor de Pós-Graduação Daniel Hogan. Pró-reitor de Graduação José Luiz Boldrini.

JORNAL DA UNICAMP Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade semanal. Correspondência e sugestões Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP. Telefones (0xx19) 3788-5108, 3788-5109, 3788-5111. Fax (0xx19) 3788-5133. Homepage http://www.unicamp.br/imprensa. E-mail imprensa@unicamp.br. Coordenador de imprensa Eustáquio Gomes. Assessor Chefe Clayton Levy. Editor Álvaro Kassab. Redatores Antonio Roberto Fava, Isabel Gardenal, Luiz Sugimoto, Manuel Alves Filho, Maria Alice da Cruz, Nadir Peinado, Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa e Ronei Thezolin. Fotografia Antoninho Perri, Neldo Cantanti. Edição de Arte Oséas de Magalhães. Diagramação Andre Luis Amarantes Pedro, Luis Paulo Silva. Ilustração Phélix. Arquivo Antonio Scarpineti. Serviços Técnicos Dulcinéia B. de Souza,Edison Lara de Almeida e Hélio Costa Júnior. Impressão Prisma Printer Gráfica e Editora Ltda (19) Fone/Fax: 3229-7171. Publicidade JCPR Publicidade e Propaganda: (0xx19) 3295-7569. Assine o jornal on line: www.unicamp.br/assineju